

Índios fazem protesto no plenário da Câmara

Com rostos pintados, indígenas pedem a condenação dos cinco assassinos do pataxó Galdino dos Santos

Jailton de Carvalho e
Luís Henrique Amaral

• BRASÍLIA e SÃO PAULO. Com rostos pintados, nus da cintura para cima, 300 índios de 80 etnias promoveram ontem, por três horas, uma assembléia no plenário da Câmara. Sentados nas cadeiras e nas bancadas, os índios fizeram um protesto contra a demora da Justiça para julgar quatro dos cinco rapazes acusados de queimar e matar o pataxó Galdino Jesus dos Santos, há quatro anos.

Durante a assembléia, uma comissão de manifestantes enviou ao presidente da Casa, Aécio Neves (PSDB-MG), uma proposta alternativa ao relatório do deputado Luciano Pizzato (PFL-PR) sobre o Estatuto do Índio. É a primeira vez, desde a promulgação da Constituição em 1998, que um grupo tão expressivo de representantes dos povos indígenas ocupa o plenário da Câmara.

Índios e um pequeno grupo de deputados, a maioria petistas ligados a questões de direitos humanos, se revezaram nos microfones. A mãe de Galdino, Minervina de Jesus, de 67 anos, pediu que os assassinos do filho permanecessem presos.

— Eles fizeram uma maldade muito grande. Quero que a Justiça nunca mais solte os assassinos do meu filho — disse.

Galdino foi queimado e morto entre 20 e 21 de abril de 1997, quando dormia num



ÍNDIOS DANÇAM NA Praça do Compromisso onde o pataxó Galdino dos Santos foi assassinado. Depois eles foram protestar na Câmara

ponto de ônibus da Quadra 704 Sul. Segundo a polícia, cinco jovens da classe média de Brasília jogaram álcool e depois atearam fogo no índio, na madrugada do dia 20. No dia seguinte, com queimadura em 95% do corpo, Galdino morreu. Quatro dos cinco acusados do assassinato estão presos no Núcleo de Custódia de Brasília, mas ainda não foram levados a júri popular.

— Os advogados deles (dos acusados) estão entrando com vários recursos para protelar a decisão da Justiça numa tentativa de esfriar o caso e, com isso, conseguir atenuar ou mesmo livrar os réus da condenação — disse a promotora Maria José Miranda, encarregada do processo.

O mais recente recurso da defesa chegou ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) no dia 6 deste mês. O advogado Walter

Medeiros, ex-subprocurador-geral da República e pai de um dos acusados, entrou com ação, pedindo que o tribunal reconsidere a denúncia de homicídio triplamente qualificado que pesa contra os réus.

Caso a decisão seja mantida, o recurso será levado ao Supremo Tribunal Federal (STF). Os acusados do assassinato de Galdino são Max Rogério Alves, Antônio Novely Cardoso Vilanova, Tomas Oliveira

de Almeida e Eron Chaves de Oliveira. Os quatro estão presos no Núcleo de Custódia, prisão destinada a detentos ainda não condenados.

O quinto acusado é Gutemberg Nader de Almeida, de 21 anos, que à época era menor de idade. Ele chegou a ser condenado a três meses de prisão pela Vara da Infância e da Juventude, mas desde então está em liberdade.

Durante a assembléia, os ín-

dios rejeitaram o relatório do deputado Luciano Pizzato sobre o novo Estatuto do Índio. Para eles, a proposta de Pizzato deixa os índios desprotegidos em relação à exploração de minério, madeira e água em áreas indígenas. O relatório de Pizzato permite a exploração das riquezas sem estabelecer os limites para estas atividades.

— É preciso que sejam estabelecidas regras que protejam as comunidades indígenas e preservem o meio ambiente — disse o vice-presidente do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Saulo Feitosa.

Gregori: "Enquanto for ministro ninguém mexe"

O ministro da Justiça, José Gregori, deu ontem uma dura resposta à proposta do ministro da Defesa, Geraldo Quintão, de alterar a demarcação das terras ianomâmis em Roraima. Em solenidade em São Paulo onde anunciou a demarcação de 14 áreas indígenas, Gregori afirmou:

— Enquanto o presidente for Fernando Henrique e o ministro da Justiça for José Gregori, ninguém vai mexer na nação ianomâmi.

No fim de março, Quintão afirmou que a demarcação de 8 milhões de hectares da reserva ianomâmi em Roraima, determinada no governo Fernando Collor, foi um erro. Quintão disse temer que a demarcação da área caracterize que ela pertence a uma nação independente, e não mais ao Brasil. ■

Gustavo Miranda